

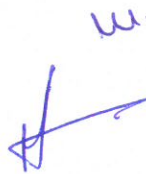


Relatório de Gestão Consolidado 2021



V CENTENÁRIO

MOLTA AO MUNDO DE FÉRMÃO DE MOÇAMBIQUES



Índice



Índice

1. Relatório de Gestão Consolidado
2. Demonstrações Financeiras Consolidadas
 - Demonstração Consolidada do Desempenho Orçamental
 - Demonstração Consolidada de Direitos e Obrigações por Natureza
3. Demonstrações Financeiras Consolidadas
 - Balanço Consolidado
 - Demonstração de Resultados por Naturezas Consolidada
 - Demonstração Fluxos de Caixa Consolidadas
 - Demonstração das Alterações no Património Líquido Consolidadas
4. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas



1519 - **V CENTENÁRIO** - 2019
VOLTA AO MUNDO DE FERNÃO DE MAGALHÃES

Relatório Consolidado de Gestão 2021

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

1. Relatório de Gestão Consolidado



1. Introdução

Nos termos do nº 1 do art.º 74.º da Lei nº 73/2013, de 3 de setembro, “o regime relativo à contabilidade das autarquias locais, das entidades intermunicipais e das suas entidades associativas visa a sua uniformização, normalização e simplificação, de modo a constituir um instrumento de gestão económico-financeira e permitir o conhecimento completo do valor contabilístico do património, bem como a apreciação e julgamento das contas anuais”. O artigo atrás citado acrescenta, através do seu nº 2, que “a contabilidade das entidades referidas no número anterior respeita o Plano de Contas em vigor para o sector local, podendo ainda dispor de outros instrumentos necessário à boa gestão e ao controlo dos dinheiros e outros ativos públicos, nos termos previstos na lei”. O presente relatório que anexa as contas consolidadas visa dar cumprimento a esta obrigação legal.

Assim, surge a necessidade de se proceder à consolidação de contas sendo o método equivalência patrimonial o utilizado uma vez que o Município de Sabrosa é detentor de uma percentagem de controlo em conjunto NCP 24 todas as entidades incluídas no perímetro.

O método de consolidação adotado pelo Município foi o método de equivalência patrimonial, que consiste em substituir no balanço da entidade consolidante o valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades participadas, adotando-se para efeitos de aplicação deste método, o previsto na NCP 23 – Investimentos associados e empreendimentos conjuntos e na NCP 24 – Acordos conjuntos do SNC-AP.



2. Perímetro de consolidação das contas

O N.º3 do artigo 75.º do RFALEI define grupo autárquico como o conjunto objeto de consolidação composto pelo município, como entidade consolidante, pelas entidades controladas, de forma direta ou indireta, considerando-se que o controlo corresponde ao poder de gerir as políticas financeiras e operacionais de uma outra entidade a fim de beneficiar as suas atividades.

O Perímetro de consolidação abrange o conjunto de entidade cujas contas vão sere objeto de consolidação e face às quais se tem de apresentar demonstrações financeiras consolidadas.

As entidades a integrar o perímetro de consolidação dependem da relação de controlo entre a entidade participante e a entidade participada.

Um Grupo Público é definido nos termos da NCP1, como um grupo de entidades compreendendo a entidade que controla e uma ou mais entidades controladas.

O artigo 7.º do Decreto-lei n.º192/2015, de 11 de setembro – diploma legal que aprova o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas, estabelece, em matéria de consolidação de contas, o seguinte quanto aos perímetros de consolidação:

- Perímetro de consolidação de natureza orçamental (NCP 26);
- Perímetro de natureza financeira (NCP 22).

As demonstrações consolidadas orçamentais e financeiras consubstanciam perímetros diferentes.

No entanto não se trata de duas prestações de contas consolidadas diferentes, mas sim de mapas distintos na mesma prestação de contas consolidadas.

Uma vez que a entidade incluída no perímetro de consolidação não apresenta demonstrações orçamentais, os mapas previstos na NCP 26 serão apresentados com os valores do Município.

À luz do n.º7 do art.º 75.º e do DL 192/2015 que aprovou o SNC-AP os documentos de prestação de contas consolidadas constituem um todo e compreendem o relatório de gestão e as seguintes demonstrações financeiras:

- Balanço consolidado;
- Demonstração consolidada dos resultados por natureza;
- Demonstração consolidada das alterações do património líquido;
- Mapa de fluxos de caixa consolidados;
- Anexo às Demonstrações Financeiras consolidadas.

A NCP 26 também estipula que é necessário apresentar uma demonstração consolidada do desempenho orçamental e uma demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, cujo objetivo é proporcionar informação que indique se os recursos foram obtidos e usados de acordo com o orçamento legalmente adotado e com os requisitos legais e contratuais.

3. Entidades incluídas no perímetro de consolidação

ADIN – ÁGUAS DO INTERIOR NORTE, EM, S.A.

- Sede: Vila Real
- NIPC: 515 684 473
- Capital Social: 30.398.050€
- % Capital detido: 6,72%

A “Águas do Interior – Norte, E.I.M., S.A.”, com sede na Avenida Rainha Santa Isabel, n.º1 5000-434, Vila Real, foi constituída por escritura pública, celebrada no dia 15 de Novembro de 2019, e tem por objeto a exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social, através de promoção direta ou indireta da concessão, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento, abastecimento, valorização de águas de consumo público e para a recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes, de prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo, de construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários para o desenvolvimento da sua atividade.

4. Entidades participadas excluídas do perímetro de consolidação

Entidades / Participada		Participação	Capital Social	Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício	Observações
Denominação	NIPC					
Águas do Norte	513 606 084	0,08%	108 095 468,00 €	273 448 103,00 €	4 199 668,00 €	a)
Dourogás	508 195 128	0,16%				b)
Sonorgás	503 264 113	0,05%				b)
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	0,06%	417 857 175,00 €			b); c)
Associação do Douro Histórico	502 577 916	1 500,00 €				b)
Fundação Museu do Douro	507 693 671	12 413,00 €				b)
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501 627 413	4 359,24 €				b)
Turismo Porto e Norte de Portugal	508 905 435	1 500,00 €				b)
AIMRD - Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos	G09 305 129	1 000,00 €				b)
Sabrosa Douro XXI	507 850 297	200,00 €				b)
Associação Nacional de Assembleias Municipais	513 864 202	1 000,00 €				b)
Rede Mundial de Cidades Magalhanicas	G-90212606	3 000,00 €				b)
Assoc. Port. Pais Amigos Cidadão Deficiente Mental	504 646 915	500,00 €				b)
a) criada pelo Dec. Lei n.º93/2015 de 29 de Maio		c) Entidades não societária				
b) criada pela Lei n.º53/2014 de 25 Agosto						

5. Análise Económico-Financeiro

No âmbito do SNC-AP, os objetivos do relato financeiro das entidades públicas passam, sobretudo, por proporcionar informação útil aos seus utilizadores, para efeitos de responsabilização pela prestação de contas e para a tomada de decisões.

De seguida, iremos analisar o balanço consolidado e a demonstração de resultados consolidado, bem como efetuar uma breve análise resultante da implementação da contabilidade de gestão no Município de Sabrosa.

Em 2021 o ativo consolidado do Município de Sabrosa atingiu o montante de 40.722.531,68€.

Rubricas	Município de Sabrosa	ADIN	Consolidadas	Consolidadas
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
ATIVO				
Ativo não corrente				
Ativos fixos tangíveis	30 424 257,11 €		30 424 257,11 €	29 192 162,52 €
Ativos intangíveis	167 772,57 €	- €	167 772,57 €	200 293,99 €
Participações Financeiras	3 800 359,00 €	2 499 075,71 €	6 299 434,71 €	7 001 234,43 €
	34 392 388,68 €	2 499 075,71 €	36 891 464,39 €	36 393 690,94 €
Ativo corrente				
Inventários	166 607,67 €		166 607,67 €	245 002,50 €
Devedores por transfências e subsídios não	2 204 322,21 €	- €	2 204 322,21 €	2 350 286,73 €
Clientes, contribuintes e utentes	11 557,96 €		11 557,96 €	44 086,91 €
Estado e outros entes públicos	13 979,33 €	- €	13 979,33 €	- €
Outras contas a receber	565 265,91 €	- €	565 265,91 €	522 460,13 €
Diferimentos	15 380,90 €	- €	15 380,90 €	18 859,96 €
Caixa e depósitos	853 953,31 €	- €	853 953,31 €	371 066,60 €
	3 831 067,29 €	- €	3 831 067,29 €	3 551 762,83 €
Total do Ativo	38 223 455,97 €	2 499 075,71 €	40 722 531,68 €	39 945 453,77 €

O Ativo não corrente representa quase a totalidade do Ativo, mais propriamente cerca de 90%, com ênfase nos Ativos Fixos Tangíveis e Participações Financeiras, que apresentam as respetivas percentagens de 75% e 15%.

Rubricas	Município de Sabrosa	ADIN	Consolidadas	Consolidadas
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
PASSIVO				
Passivo não corrente				
Provisões	134 335,38 €	- €	134 335,38 €	363 791,18 €
Financiamentos Obtidos	1 956 194,02 €	- €	1 956 194,02 €	2 169 011,44 €
Diferimentos	10 118 231,95 €	- €	10 118 231,95 €	9 377 014,07 €
	12 208 761,35 €	- €	12 208 761,35 €	11 909 816,69 €
Passivo corrente				
Fornecedores	230 779,57 €	- €	230 779,57 €	86 907,38 €
Estado e outros entes públicos	38 122,07 €	- €	38 122,07 €	802,84 €
Financiamentos Obtidos	193 426,50 €	- €	193 426,50 €	197 424,55 €
Outras Contas a pagar	556 887,14 €	- €	556 887,14 €	636 036,94 €
Diferimentos	8 594,16 €	- €	8 594,16 €	14 702,66 €
	1 027 809,44 €	- €	1 027 809,44 €	986 024,37 €
Total Passivo	13 236 570,79 €	- €	13 236 570,79 €	12 895 841,06 €
Total Património Líquido e Passivo	38 223 455,97 €	2 499 075,71 €	40 722 531,68 €	39 945 453,77 €

Relativamente ao Passivo do Grupo, este apresenta o montante de 13.236.570,79€.

Também no Passivo, é a parcela não corrente que atinge 92% do valor total. As rubricas com maior impacto no Passivo não corrente são os Diferimentos e os Financiamentos Obtidos, com as respetivas percentagens de 82% e 16%.

Rubricas	Município de Sabrosa	ADIN	Consolidadas	Consolidadas
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
PATRIMÓNIO LÍQUIDO				
Património/Capital	38 182 379,65 €	- €	38 182 379,65 €	38 182 379,65 €
Ações (quotas) próprias	- €	- €	- €	- €
Outros instrumentos de capital próprio	- €	- €	- €	- €
Prémios de emissão	- €	- €	- €	- €
Reservas	304 098,94 €	- €	304 098,94 €	220 663,77 €
Resultados transitados	- 14 803 686,68 €	- 39 707,96 €	- 14 843 394,64 €	- 16 374 930,06 €
Ajustamentos em ativos financeiros	- €	2 526 928,75 €	2 526 928,75 €	3 226 558,61 €
Excedente de revalorização	- €	- €	- €	- €
Outras variações no Património Líquido	165 945,37 €	- €	165 945,37 €	165 945,37 €
Resultado Líquido do período	1 138 147,90 €	11 854,92 €	1 150 002,82 €	1 628 995,37 €
Dividendos antecipados	- €	- €	- €	- €
Interesses que não controlam	- €	- €	- €	- €
Total Património Líquido	24 986 885,18 €	2 499 075,71 €	27 485 960,89 €	27 049 612,71 €

O Capital Próprio do Grupo totalizou o montante de 27.485.960,89€.

6. Demonstração de Resultados Consolidados

O resultado do ano de 2021 antes das depreciações e gastos financeiros regista um resultado positivo de na importância de 2.839.988,87€, sendo que após a realização dos movimentos contabilísticos respeitantes às depreciações do exercício, ajustamentos das taxas aplicadas à vida útil de cada bem, de acordo com o Código Complementar do SNC-AP e juros e gastos similares suportados, obtém-se um resultado líquido do exercício positivo de 1.150.002,82€.

Rendimentos e Gastos	Município de Sabrosa Consolidada	ADIN	Consolidadas	Consolidadas
	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	1 108 081,02 €	- €	1 108 081,02 €	782 059,21 €
Vendas	16 182,55 €	- €	16 182,55 €	16 394,13 €
Prestações de serviços e concessões	484 525,60 €	- €	484 525,60 €	268 190,73 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	7 008 514,09 €	- €	7 008 514,09 €	6 387 331,48 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	- €	11 854,92 €	11 854,92 €	34 814,57 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	- 253 883,97 €	- €	- 253 883,97 €	- 195 905,58 €
Fornecimentos e serviços externos	- 1 608 471,25 €	- €	- 1 608 471,25 €	- 1 371 878,41 €
Gastos com pessoal	- 3 246 746,46 €	- €	- 3 246 746,46 €	- 3 383 054,85 €
Transferências e subsídios concedidos	- 862 912,73 €	- €	- 862 912,73 €	- 588 520,04 €
Prestações sociais	- 234 915,85 €	- €	- 234 915,85 €	- 213 832,52 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	- 29 791,90 €	- €	- 29 791,90 €	- 105 230,70 €
Provisões (aumentos/reduções)	229 455,80 €	- €	229 455,80 €	102 052,45 €
Outros rendimentos	653 880,06 €	- €	653 880,06 €	2 963 798,29 €
Outros gastos	- 435 783,01 €	- €	- 435 783,01 €	- 2 082 687,15 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento	2 828 133,95 €	11 854,92 €	2 839 988,87 €	2 339 797,57 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	- 1 678 377,52 €	- €	- 1 678 377,52 €	- 703 756,30 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)	1 149 756,43 €	11 854,92 €	1 161 611,35 €	1 636 041,27 €
Juros e rendimentos similares obtidos	106,89 €	- €	106,89 €	7 727,04 €
Juros e gastos similares suportados	- 11 715,42 €	- €	- 11 715,42 €	- 14 772,94 €
Resultado antes de impostos	1 138 147,90 €	11 854,92 €	1 150 002,82 €	1 628 995,37 €
Imposto sobre o rendimento do período	- €	- €	- €	- €
Resultado líquido do período	1 138 147,90 €	11 854,92 €	1 150 002,82 €	1 628 995,37 €

Ao nível das rubricas dos Rendimentos, salienta-se o peso das Transferências e Subsídios Obtidos que representam 74% das receitas reconhecidas.

7. Indicadores Económico-Financeiros

Os rácios estabelecem relações entre as contas e agrupamentos de contas das demonstrações financeiras, balanço e demonstração de resultados, para quantificar factos, detetar anomalias, e fazer comparações no tempo. Assim, apresenta-se seguidamente os principais indicadores económicos e financeiros.

Indicadores		2021	2020
Autonomia Financeira	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Ativo}}$	65,84%	67,72%
Liquidez imediata	$\frac{\text{Disponibilidades}}{\text{Passivo corrente}}$	83,08%	37,63%
Endividamento	$\frac{\text{Passivo}}{\text{Ativo}}$	34,16%	32,28%
Rentabilidade dos Capitais Próprios	$\frac{\text{Resultado Líquido}}{\text{Património Líquido}}$	4,51%	6,02%
Liquidez Geral	$\frac{\text{Ativo Corrente}}{\text{Passivo Corrente}}$	372,74%	360,21%
Solvabilidade	$\frac{\text{Património Líquido}}{\text{Passivo}}$	192,73%	209,75%



8. Dívida Consolidada

O recurso ao endividamento autárquico está sempre dependente de duas variáveis: o nível de recitas arrecadadas e do volume de investimentos a realizar.

Stock da dívida - Empréstimos Bancários					
Descrição	Município de Sabrosa	AdIN E.I.M., SA	Percentagem 6,72%	Eliminação de créditos/Dívidas Recíprocas	Grupo Consolidado
Empréstimos bancários - não corrente	2 169 011,44 €	12 588 419,24 €	845 941,77 €	- €	3 014 953,21 €
Empréstimos bancários - corrente	197 424,55 €	872 406,63 €	58 625,73 €	- €	256 050,28 €
Total	2 366 435,99 €	13 460 825,87 €	904 567,50 €	- €	3 271 003,49 €

Stock da dívida - Empréstimos Bancários					
Descrição	Município de Sabrosa	AdIN E.I.M., SA	Percentagem 6,72%	Eliminação de créditos/Dívidas Recíprocas	Grupo Consolidado
Credores por transferências e subsídios não reembolsáveis	- €		- €	- €	- €
Provisões	363 791,18 €		- €		363 791,18 €
Fornecedores	86 907,38 €	292 153,34 €	19 632,70 €	- €	106 540,08 €
Estado e outros Entes Públicos	802,84 €	6 038,45 €	405,78 €	- €	1 208,62 €
Outras Contas a pagar	636 036,94 €	164 467,55 €	11 052,22 €	- €	647 089,16 €
Total	1 087 538,34 €	462 659,34 €	31 090,71 €	- €	1 118 629,05 €

Para os cálculos dos valores apresentados não foi tida em conta a dívida correspondente a operações não orçamentais (Cauções).



1519 • **V CENTENÁRIO** • 2019
VOLTA AO MUNDO DE FERNÃO DE MAGALHÃES

Relatório Consolidado de Gestão 2021

u.

Nathalie

2. Demonstrações Orçamentais Consolidadas

R13	Receitas com passivos financeiros	-	€	267 340,63 €
	Receita total (4)=(1)+(2)+(3)	10 223 745,84 €	9 577 157,13 €	
	Operações de tesouraria (B)	86 710,39 €	264 524,38 €	

R12	Despesa com ativos financeiros	6 985,24 €	-	€
R13	Despesa com passivos financeiros	216 815,47 €	197 424,55 €	
	Despesa total (7)=(5)+(6)	9 573 738,26 €	9 426 722,32 €	
	Operações de tesouraria (C)	103 396,45 €	268 932,84 €	
	Saldo para a gerência seguinte	853 953,31 €	371 066,60 €	
	Operações Orçamentais (8)=(4)-(7)	650 007,58 €	150 434,81 €	
	Operações de tesouraria (D)=(A)+(B)-(C)	203 945,73 €	220 631,79 €	
	Saldo global (2)-(5)	723 373,48 €	- 488 382,04 €	
	Despesa primária	9 338 232,12 €	9 214 584,83 €	
	Saldo corrente	1 738 452,17 €	1 572 758,35 €	
	Saldo de capital	- 1 040 052,60 €	- 2 071 569,66 €	
	Saldo primário	735 078,90 €	- 473 669,10 €	
	Receita Total (1)+(2)+(3)	10 223 745,84 €	9 577 157,13 €	
	Despesa Total (5)+(6)	9 573 738,26 €	9 426 722,32 €	

Lu.

Kathelie

Demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza 2021

Rubrica	LIQUIDAÇÕES		2021		2020		Euros
	Rubrica	OBRIGAÇÕES	2021	2020	2021	2020	
		Receita corrente					
R1		Receita fiscal	1 012 670,19 €	1 163 540,51 €		3 230 150,80 €	
R11		Impostos diretos	1 012 670,19 €	1 163 540,51 €		2 510 083,56 €	
R12		Impostos indiretos	- €	- €		30 908,89 €	
R2		Contribuições para sistemas de protecção social e subsistemas de saúde	- €	- €		689 158,35 €	
R3		Taxas, multas e outras penalidades	133 543,16 €	120 880,98 €		1 540 727,81 €	
R4		Rendimentos de propriedade	- €	- €		14 712,94 €	
R5		Transferências Correntes	5 929 469,94 €	5 476 791,10 €		656 351,46 €	
R51		Administrações Públicas	5 929 469,94 €	5 476 791,10 €		- €	
R511		Administração Central - Estado	5 866 898,63 €	5 352 156,50 €		- €	
R512		Administração Central - Outras entidades	62 571,31 €	54 431,44 €		- €	
R513		Segurança Social	- €	- €		- €	
R514		Administração Regional	- €	- €		- €	
R515		Administração Local	- €	- €		- €	
R52		Exterior - EU	- €	- €		- €	
R53		Outras	- €	- €		- €	
R6		Venda de bens e serviços correntes	468 807,57 €	632 648,77 €		245 224,36 €	
R7		Outras receitas correntes	50 195,28 €	134 197,93 €		261 426,46 €	
		Receita Capital					
R8		Venda de bens de investimento	37 931,00 €	- €		333 713,99 €	
R9		Transferências de capital	2 363 534,07 €	1 382 071,11 €		3 426 120,23 €	
R91		Administrações Públicas	- €	- €		2 460 036,42 €	
R911		Administração Central - Estado	1 100 404,00 €	989 696,00 €		966 083,81 €	
R912		Administração Central - Outras entidades	- €	- €		836 446,26 €	
R913		Segurança Social	- €	- €		- €	
R914		Administração Regional	- €	- €		- €	
R915		Administração Local	- €	- €		- €	
R92		Exterior - EU	- €	- €		- €	
R93		Outras	- €	- €		- €	
R10		Outras receitas de capital	24 973,91 €	13 759,13 €		241 964,58 €	
R11		Reposições não abatidas nos pagamentos	10 021 125,12 €	8 923 889,53 €		129 637,55 €	
		Receita efetiva (1)	150 434,81 €	1 061 281,65 €		9 349 937,55 €	
R12		Receitas não efetivas (2)	- €	793 941,02 €		223 800,71 €	
R13		Receitas com ativos financeiros	150 434,81 €	267 340,63 €		6 985,24 €	
		Receita total (3)=(1)+(2)	10 171 559,93 €	9 985 171,18 €		9 573 738,26 €	
		Despesa corrente					
D1		Despesas com o pessoal				3 254 279,96 €	
D11		Remunerações Certas e Permanentes				2 505 162,39 €	
D12		Abonos Variáveis ou Eventuais				24 253,14 €	
D13		Segurança Social				724 864,43 €	
D2		Aquisição de bens e serviços				1 575 893,52 €	
D3		Juros e outros encargos				11 705,42 €	
D4		Transferências correntes				727 498,27 €	
D41		Administrações Públicas				- €	
D411		Administração Central - Estado				- €	
D412		Administração Central - Outras entidades				- €	
D413		Segurança Social				- €	
D414		Administração Regional				- €	
D415		Administração Local				- €	
D42		Instituições sem fins lucrativos				299 252,02 €	
D43		Famílias				294 853,79 €	
D44		Outras				133 392,46 €	
D5		Subsídios				- €	
D6		Outras despesas correntes				354 440,15 €	
		Despesas de capital					
D7		Investimentos				3 426 120,23 €	
D8		Transferências de capital				2 460 036,42 €	
D81		Administrações Públicas				966 083,81 €	
D811		Administração Central - Estado				836 446,26 €	
D812		Administração Central - Outras entidades				- €	
D813		Segurança Social				- €	
D814		Administração Regional				- €	
D815		Administração Local				- €	
D82		Instituições sem fins lucrativos				241 964,58 €	
D83		Famílias				129 637,55 €	
D84		Outras				- €	
D9		Outras despesas capital				- €	
		Despesa efetiva (1)	9 349 937,55 €	9 229 297,77 €		9 349 937,55 €	
R12		Despesa não efetivas (2)				223 800,71 €	
R13		Despesa com ativos financeiros				6 985,24 €	
		Despesa com passivos financeiros				216 815,47 €	
		Despesa total (3)=(1)+(2)	9 573 738,26 €	9 426 722,32 €		9 573 738,26 €	

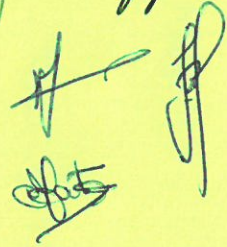


1919 - **V CENTENÁRIO** - 2019
VOLTA AO MUNDO DE FERNÃO DE MAGALHÃES



Relatório Consolidado de Gestão 2021

W. de Natália
[Handwritten signature]



3. Demonstrações Financeiras Consolidadas

Handwritten signatures and initials in blue ink.

Balanço Consolidado

Rubricas	Notas	Consolidadas	
		31/12/2021	31/12/2020
ATIVO			
Ativo não corrente			
Ativos fixos tangíveis	4/5/10	30 424 257,11 €	29 192 162,52 €
Ativos intangíveis	3	167 772,57 €	200 293,99 €
Participações Financeiras	18	6 299 434,71 €	7 001 234,43 €
		36 891 464,39 €	36 393 690,94 €
Ativo corrente			
Inventários	10	166 607,67 €	245 002,50 €
Devedores por transfências e subsídios não	23	2 204 322,21 €	2 350 286,73 €
Clientes, contribuintes e utentes	9	11 557,96 €	44 086,91 €
Estado e outros entes públicos		13 979,33 €	- €
Outras contas a receber		565 265,91 €	522 460,13 €
Diferimentos		15 380,90 €	18 859,96 €
Caixa e depósitos	1	853 953,31 €	371 066,60 €
		3 831 067,29 €	3 551 762,83 €
Total do Ativo		40 722 531,68 €	39 945 453,77 €
PATRIMÓNIO LÍQUIDO			
Património/Capital		38 182 379,65 €	38 182 379,65 €
Reservas		304 098,94 €	220 663,77 €
Resultados transitados		- 14 843 394,64 €	- 16 374 930,06 €
Ajustamentos em ativos financeiros		2 526 928,75 €	3 226 558,61 €
Outras variações no Património Líquido		165 945,37 €	165 945,37 €
Resultado Líquido do período		1 150 002,82 €	1 628 995,37 €
Total Património Líquido		27 485 960,89 €	27 049 612,71 €
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	15	134 335,38 €	363 791,18 €
Financiamentos Obtidos	7	1 956 194,02 €	2 169 011,44 €
Diferimentos		10 118 231,95 €	9 377 014,07 €
		12 208 761,35 €	11 909 816,69 €
Passivo corrente			
Fornecedores		230 779,57 €	86 907,38 €
Estado e outros entes públicos		38 122,07 €	802,84 €
Financiamentos Obtidos	7	193 426,50 €	197 424,55 €
Outras Contas a pagar		556 887,14 €	636 036,94 €
Diferimentos		8 594,16 €	14 702,66 €
		1 027 809,44 €	986 024,37 €
Total Passivo		13 236 570,79 €	12 895 841,06 €
Total Património Líquido e Passivo		40 722 531,68 €	39 945 453,77 €

Handwritten signatures and initials in blue ink, including names like Natália and others.

DR - Demonstração de Resultados Por Natureza Consolidada

Rendimentos e Gastos	Notas	Consolidadas	
		31/12/2021	31/12/2020
Impostos, contribuições e taxas	13 /14	1 108 081,02 €	782 059,21 €
Vendas	13	16 182,55 €	16 394,13 €
Prestações de serviços e concessões	13	484 525,60 €	268 190,73 €
Transferências e subsídios correntes obtidos	13	7 008 514,09 €	6 387 331,48 €
Rendimentos/Gastos imputados de entidades controladas, associadas e empreendimentos conjuntos	13/14	11 854,92 €	34 814,57 €
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	10	- 253 883,97 €	- 195 905,58 €
Fornecimentos e serviços externos	-	- 1 608 471,25 €	- 1 371 878,41 €
Gastos com pessoal	-	- 3 246 746,46 €	- 3 383 054,85 €
Transferências e subsídios concedidos	-	- 862 912,73 €	- 588 520,04 €
Prestações sociais	-	- 234 915,85 €	- 213 832,52 €
Imparidade de dívidas a receber (perdas/reversões)	9	- 29 791,90 €	- 105 230,70 €
Provisões (aumentos/reduções)	15	229 455,80 €	102 052,45 €
Outros rendimentos	13	653 880,06 €	2 963 798,29 €
Outros gastos	-	- 435 783,01 €	- 2 082 687,15 €
Resultados antes de depreciações e gastos de financiamento		2 839 988,87 €	2 339 797,57 €
Gastos/reversões de depreciação e amortização	3/5	- 1 678 377,52 €	- 703 756,30 €
Resultado operacional (antes de resultados financeiros)		1 161 611,35 €	1 636 041,27 €
Juros e rendimentos similares obtidos		106,89 €	7 727,04 €
Juros e gastos similares suportados	7	- 11 715,42 €	- 14 772,94 €
Resultado antes de impostos		1 150 002,82 €	1 628 995,37 €
Imposto sobre o rendimento do período		- €	- €
Resultado líquido do período		1 150 002,82 €	1 628 995,37 €

Município de Sabrosa

Demonstração Consolidada das Alterações ao Património Líquido

Data: 31.12.2021

Designação	Notas	Património Líquido atribuído aos detentores do Património Líquido da entidade que controla										Interesses que não controlam	Total do património líquido
		Capital / Património subscrito	Acções (quotas) próprias	Outros instrum. de capital próprio	Prémios de emissão	Reservas	Resultados transitados	Ajustamentos em ativos financeiros	Excedentes de revalorização	Outras vars. no património líquido	Resultado líquido do período		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO		38.182.379,65 €				220.663,77 €	-16.374.930,06 €	3.226.558,61 €	165.945,37 €	1.628.995,37 €	27.049.612,71 €		27.049.612,71 €
ALTERAÇÕES NO PERÍODO		0,00 €				83.435,17 €	1.531.535,42 €	-699.629,86 €	0,00 €	-1.628.995,37 €	-713.654,64 €		-713.654,64 €
Ajustamentos de transição de referencial contabilístico													
Alterações de políticas contabilísticas													
Diferenças de conversão de demonstrações financeiras													
Realização do excedente de revalorização													
Excedentes de revalorização e respetivas variações													
Transferências e subsídios de capital													
Outras alterações reconhecidas no Património Líquido						83.435,17 €	1.545.560,20 €	-532.769,36 €		-1.628.995,37 €	-532.769,36 €		-532.769,36 €
Correção de erros materiais													
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO										1.150.002,82 €	1.150.002,82 €		1.150.002,82 €
RESULTADO INTEGRAL										-478.992,55 €	957.262,62 €		957.262,62 €
OPERAÇÕES COM DETENTORES DE CAPITAL NO PERÍODO									0,00 €		0,00 €		0,00 €
Subscrições de capital/património													
Entradas para cobertura de perdas													
Outras operações													
Subscrições de prémios de emissão													
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO		38.182.379,65 €				304.098,94 €	-14.843.394,64 €	2.526.928,75 €	165.945,37 €	1.150.002,82 €	27.485.960,89 €		27.485.960,89 €

(Handwritten signatures and initials)

u.

Nathalie

ofat



V CENTENÁRIO
VOLTA AO MUNICÍPIO DE TERMO DE AVALIAÇÃO

Relatório Consolidado de Gestão 2021

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA

Rubricas	Notas	2021	2020
Fluxos de caixa das atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		578 004,10 €	538 089,20 €
Recebimentos de contribuintes		527 555,84 €	682 146,60 €
Recebimentos de transferências e subsídios correntes		6 894 537,09 €	6 462 051,16 €
Recebimentos de utentes		136 328,29 €	118 395,17 €
Pagamentos a fornecedores		-1 686 515,20 €	-1 664 945,92 €
Pagamentos ao pessoal		-3 104 535,61 €	-3 313 482,79 €
Pagamentos de transferências e subsídios		-590 327,84 €	-609 480,04 €
Pagamentos de prestações sociais		-200 337,81 €	-213 867,29 €
Caixa gerada pelas operações		2 554 708,86 €	1 998 906,09 €
Outros recebimentos/pagamentos		1 344 438,63 €	-4 796,09 €
Fluxos de caixa das atividades operacionais (a)		3 899 147,49 €	1 994 110,00 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento			
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Ativos fixos tangíveis		-3 183 768,56 €	-3 234 588,67 €
Pagamentos - Ativos intangíveis		-41 979,22 €	-114 815,59 €
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Ativos fixos tangíveis		37 931,00 €	0,00 €
Recebimentos - Outros ativos		0,00 €	487 483,64 €
Recebimentos - Subsídios ao investimento		0,00 €	392 375,11 €
Fluxos de caixa das atividades de investimento (b)		-3 187 816,78 €	-2 469 545,51 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Recebimentos - Financiamentos obtidos			267 340,63 €
Recebimentos - Outras operações de financiamento		106,89 €	133,35 €
Pagamentos respeitantes a:			
Pagamentos - Financiamentos obtidos		-216 815,47 €	-197 424,55 €
Pagamentos - Juros e gastos similares		-11 735,42 €	-14 742,94 €
Pagamentos - Dividendos			-2 745,40 €
Fluxos de caixa das atividades de financiamento (c)		-228 444,00 €	52 561,09 €
Variação de caixa e seus equivalentes (a+b+c)		482 886,71 €	-422 874,42 €
Efeito das diferenças de câmbio			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		371 066,60 €	793 941,02 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		853 953,31 €	371 066,60 €
CONCILIAÇÃO ENTRE CAIXA E SEUS EQUIVALENTES E SALDOS DA GERÊNCIA			
Caixa e seus equivalentes de caixa no início do período		371 066,60 €	793 941,02 €
Saldo da gerência anterior (SGA)		371 066,60 €	793 941,02 €
SGA De execução orçamental		150 434,81 €	568 900,77 €
SGA De operações de tesouraria		220 631,79 €	225 040,25 €
Caixa e seus equivalentes de caixa no fim do período		853 953,31 €	371 066,60 €
Saldo para a gerência seguinte (SGS)		853 953,31 €	371 066,60 €
SGS De execução orçamental		650 007,58 €	150 434,81 €
SGS De operações de tesouraria		203 945,73 €	220 631,79 €



1819 - **V CENTENÁRIO** - 2019
VOLTA AO MUNDO DE FERNÃO DE MAGALHÃES

Relatório Consolidado de Gestão 2021

u.
Nathalie
[Signature]
[Signature]
[Signature]

4. Anexo às Demonstrações Financeiras Consolidadas



Anexo às demonstrações financeiras consolidadas

O Município de Sabrosa apresenta demonstrações financeiras consolidadas em cumprimento do previsto no artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro, na sua atual redação, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais (RFALEI).

De acordo com o n.º 6 do Art. 75º da Lei n.º 73/2013, devem ainda ser consolidadas, na proporção da participação ou detenção, as empresas locais que, de acordo com o artigo 7.º da Lei n.º 50/2012, de 31 de agosto, integrem o setor empresarial local e os serviços intermunicipalizados, independentemente da percentagem de participação ou detenção do município, das entidades intermunicipais ou entidade associativa municipal.

Assim, nos termos da NCP 24 Acordos Conjuntos, verifica-se a necessidade de se proceder à consolidação de contas aplicando-se, para o feito, o método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas foram elaboradas de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro, que veio substituir o anterior referencial – Plano Oficial de Contabilidade das Autarquias Local (POCAL).

Nota 1 – Informações relativas às entidades incluídas no perímetro de consolidação e outras entidades participadas

1.1 – Entidades incluídas na consolidação

Entidade consolidante: Município de Sabrosa

Sede Social: Rua do Loreto, 5060-328 Sabrosa

Atividade Principal: planeamento, organização e execução de políticas municipais, designadamente nas áreas de equipamento rural e urbano, energia, transportes e comunicações, educação, património, cultura e ciência, tempos livres e desporto, saúde, ação social, habitação, proteção civil, ambiente, salubridade, defesa do consumidor, promoção e desenvolvimento, ordenamento do território e cooperação externa.

Entidade consolidada: Águas do Interior Norte, E.I.M., SA

Sede Social: Avenida Rainha Santa Isabel, n.º1, 5000-434 Vila Real

Atividade Principal: Exploração e gestão de sistemas de abastecimento e distribuição de água para consumo público e saneamento dos municípios participantes no seu capital social, através de promoção



Prestitação de Contas Consolidadas 2021

direta ou indireta da concessão, construção e exploração de unidades integrantes dos sistemas de captação, transporte, tratamento, abastecimento, valorização das águas de consumo público e para a recolha, tratamento e rejeição dos respetivos efluentes, de prestação de serviços de gestão, fiscalização e assessoria técnica e administrativa a entidades públicas ou privadas que prossigam, total ou parcialmente, atividade do mesmo ramo, de construção, extensão, reparação, renovação, manutenção e melhoria das obras e equipamentos necessários para desenvolvimento da sua atividade.

Capital Social/Estatutário: 30.398.050,00€

Participação detida: 6.72%

1.2 – Entidades Excluídas na consolidação

Entidades / Participada		Participação	Capital Social	Capital Próprio	Resultado Líquido do Exercício	Observações
Denominação	NIPC					
Águas do Norte	513 606 084	0,08%	108 095 468,00 €	273 448 103,00 €	4 199 668,00 €	a)
Dourogás	508 195 128	0,16%				b)
Sonorgás	503 264 113	0,05%				b)
Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	0,06%	417 857 175,00 €			b); c)
Associação do Douro Histórico	502 577 916	1 500,00 €				b)
Fundação Museu do Douro	507 693 671	12 413,00 €				b)
Associação Nacional de Municípios Portugueses	501 627 413	4 359,24 €				b)
Turismo Porto e Norte de Portugal	508 905 435	1 500,00 €				b)
AIMRD - Associação Ibérica dos Municípios Ribeirinhos	G09 305 129	1 000,00 €				b)
Sabrosa Douro XXI	507 850 297	200,00 €				b)
Associação Nacional de Assembleias Municipais	513 864 202	1 000,00 €				b)
Rede Mundial de Cidades Magalhânicas	G-90212606	3 000,00 €				b)
Assoc. Port. Pais Amigos Cidadão Deficiente Mental	504 646 915	500,00 €				b)
a) criada pelo Dec. Lei n.º93/2015 de 29 de Maio		c) Entidades não societária				
b) criada pela Lei n.º53/2014 de 25 Agosto						

Tratam-se de entidades sobre as quais, o Município de Sabrosa não exerce de forma direta ou indireta um poder de controlo, ou exista essa presunção, não enquadráveis no n.º 4,5 e 6 do Artigo 75.º da Lei n.º 73/2013, de 3 de setembro.

1.3 – Informações de procedimentos de consolidação

O método de consolidação adotado pelo Município foi o método de equivalência patrimonial, que consiste em substituir no balanço da entidade consolidante o valor contabilístico das partes de capital por ela detida, pelo valor que proporcionalmente lhe corresponde nos capitais próprios das entidades participadas, adotando-se para efeitos de aplicação deste método, o previsto na NCP 23 – Investimentos associados e empreendimentos conjuntos e na NCP 24 – Acordos conjuntos do SNC-AP.

Ajustamento de consolidação na conta 41.4 - Investimentos noutras entidades		
Descrição	AdIN, E.I.M., SA	%
Capitais Próprios a 31/12/2020	64 352 689,11 €	
Parte de Capital do Município	4 324 500,71 €	6,72%
Valor inscrito	1 825 425,00 €	
Ajustamento MEP	2 499 075,71 €	
Reconhecimento da proporção do Resultado Líquido		
Descrição	AdIN, E.I.M., SA	%
Resultado Líquido de 2021	176 412,53 €	
Quota-parte do Resultado Líquido	11 854,92 €	6,72%

1.4 – Desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes

De seguida apresenta-se a desagregação dos saldos de caixa e seus equivalentes

Desagregação de caixa e depósitos

Conta	Designação	Saldo Inicial 01/01/2021	Saldo Final 31/12/2021
11	Caixa	336,54 €	270,08 €
12	Depósitos à ordem	151 393,89 €	649 616,98 €
12.1	Depósitos à ordem no Tesouro	- €	- €
12.2	Depósitos bancários à Ordem	151 393,89 €	649 616,98 €
13	Outros Depósitos	219 336,17 €	204 066,25 €
13.1	Depósitos a prazo	- €	- €
13.2	Depósitos consignados	- €	- €
13.3	Depósitos de garantias e caucões	219 336,17 €	204 066,25 €
TOTAL		371 066,60 €	853 953,31 €

- As notas cuja numeração se encontra ausente deste anexo não são aplicáveis ao município de Sabrosa ou a sua apresentação não é relevante para a leitura das demonstrações financeiras.

Nota 2 - Principais políticas contabilísticas, alterações nas estimativas contabilísticas e erros

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º192/2015, de 11 de setembro, na sua redação atual e foram aplicados os requisitos das Normas de Contabilidade Pública (NCP).

O balanço e a demonstração de resultados de 2021 foram preparados de acordo com o SNC-AP.

Derrogações de políticas contabilísticas

A (IPSAS) 33, que estabelece orientações para os processos de adoção pela primeira vez das Normas Internacionais de Contabilidade para o Setor Público, prevê a possibilidade de, em certas circunstâncias de complexidade, o processo de transição ter uma duração até três anos, podendo durante esse período serem reconhecidos e mensurados ativos e passivos relacionados com a adoção do novo referencial contabilístico, foi elaborado o balanço de abertura de forma a dar continuidade a implementação do SNC-AP.

Face ao exposto, o Município de Sabrosa aplicou a prerrogativa do período mais alargado de transição para a aplicação das seguintes situações, por motivos de pandemia e falta de recursos humanos disponíveis:

- Conforme o disposto no #93 e #94 da Estrutura Concetual do SNC-AP, para reconhecer um ativo fixo tangível, nomeadamente imóveis, não basta que o Município seja proprietário legal do imóvel. O Município de Sabrosa terá de ter em consideração o controlo que detém sobre os mesmos, o qual implica o seu potencial de serviço (capacidade de uso) ou benefícios económicos. Ou seja, no atual normativo contabilístico o que releva é o controlo e não a

propriedade/titularidade. Neste contexto, não foi ainda possível ao Município terminar esta avaliação sobre o controlo, de forma a reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras apenas os ativos que controla, pelo que foi derogada esta disposição legal. Assim, os trabalhos conducentes à sua concretização continuam a ser desenvolvidos.

- Não foi ainda dado cumprimento à NCP 3: Ativos Intangíveis. Também durante o exercício económico de 2022 serão efetuados todos os esforços com o propósito do seu correto registo.
- O município ainda possui bens com valor patrimonial zero, pelo que ainda não conseguiu proceder à sua valoração.
- Não foi dado cumprimento à NCP4 – Acordos de Concessão de Serviços, no que respeita ao contrato de concessão celebrado com a EDP Distribuição, atualmente E-Redes, por falta de informação acerca do valor dos ativos e dos passivos a reconhecer e que dependem de informação do próprio concessionário.
- Não foi dado cumprimento à NCP 10 - Inventários, no que respeita à transferência de terrenos destinados a venda que ainda se encontram reconhecidos como AFT.
- O Município de Sabrosa não procedeu ao reconhecimento dos subsídios ao investimento em POCAL para subsídios de capital em conformidade com o SNC-AP, derogando desta forma a NCP n.º14. Durante o exercício económico de 2022 serão efetuados todos os esforços com o propósito do seu correto registo.

- **Ativos fixos tangíveis e propriedades de investimento**

Todos os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo. O Município não apresentou propriedades de investimento.

- **Ativos intangíveis**

Todos os bens do ativo intangível foram mensurados pelo seu custo.

- **Participações financeiras**

Também as participações financeiras estão mensuradas pelo seu custo, não tendo havido aumento em 2021.

- **Depreciações e amortizações**

As depreciações e amortizações correspondem à normal desvalorização de ativos fixos, decorrentes do gasto com a sua utilização, sendo o método das quotas constantes o utilizado, considerando a vida útil de referência que consta no CC2 e/ou CIBE, pelo que as que ainda se encontram nos termos do CIBE serão atualizadas para CC2 durante os exercícios seguintes.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Natália' and the text 'Prestitação de Contas Consolidadas 2021'.

- **Contas a receber**

As contas a receber de clientes e outros devedores são reconhecidas inicialmente ao justo valor, sendo subsequentemente mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa efetiva, deduzido das perdas por imparidade. A imparidade das contas a receber é estabelecida quando há evidência objetiva de que a autarquia não receberá a totalidade dos montantes em dívida conforme as condições originais das suas contas a receber.

- **Inventários**

A mensuração de inventários foi efetuada pelo custo de aquisição. O sistema de inventário adotado é o permanente, mensurado ao custo médio ponderado.

- **Contas a pagar**

As contas a pagar são reconhecidas pelo seu justo valor, resultante de faturas ou documentos similares remetidos à autarquia, contratos, protocolos e outros similares celebrados. São ainda registados os valores a pagar no ano seguinte que resultam de apuramento efetuado assente no histórico de informação contabilística existente na autarquia.

Nota 3 - Ativos intangíveis (AI)

Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos intangíveis encontra-se no quadro abaixo, e dá resposta aos seguintes tópicos:

- Q 3.1 AI - variação das amortizações e perdas por imparidades acumuladas;
- Q 3.2 AI - quantia escriturada e variações no período;
- Q 3.2A AI - desagregação das adições;
- Q 3.2B AI - desagregação das diminuições; e,
- Q 3.3 AI - Excedentes de revalorização

Rubrica	Designação	Quantia escriturada inicial	Aumentos								Quantia escriturada final	
			Adições	Transferências internas à entidade	Revalorizações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Amortizações por período	Diferenças cambiais	Diminuições		
AI3	Projetos de desenvolvimento	37 642,69 €	8 413,20 €						-36 694,24 €		- 8 000,00 €	1 361,65 €
AI4	Programas de computador e sistemas de informação	18 285,43 €	18 926,54 €						-7 114,53 €			30 097,44 €
AI5	Propriedade industrial e intelectual	8 873,37 €	3 077,48 €						-5 774,93 €		- €	6 175,92 €
AI7	Ativos Intangíveis em curso	135 492,50 €	13 822,12 €								- 19 177,06 €	130 137,56 €
TOTAL		200 293,99 €	44 239,34 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-49 583,70 €	0,00 €	-27 177,06 €	167 772,57 €

Nota 4 - Acordos de concessão de serviços: Concedente

No quadro seguinte encontra-se descrito o contrato de concessão, com os elementos fundamentais. Não há lugar a qualquer pagamento, há sim lugar a recebimento.

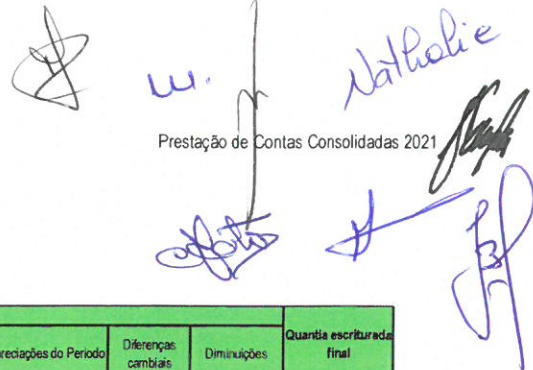
Acordos de concessão de serviços	Concessionário	NIPC	Objeto concessão	Período de concessão	Pagamento ao concessionário
Contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão	EDP, S.A.	505938022	Distribuição de energia elétrica em baixa tensão	20 anos	-----

O Município de Sabrosa é concedente num contrato de concessão de distribuição de energia elétrica em baixa tensão no perímetro municipal, com a EDP Distribuição, atualmente E-Redes.

De acordo com a NCP4 – Acordos de concessão de serviços o Município deveria reconhecer nas suas Demonstrações Financeiras os equipamentos e as infraestruturas que estão associadas ao fornecimento de redes de distribuição de energia elétrica em Baixa Tensão assim como os que estão associados à Iluminação Pública, que se encontram a ser geridos pela concessionária EDP Distribuição, atualmente E-Redes. No entanto, e apesar de estarmos perante um contrato de concessão entre o município e a EDP, não é possível proceder ao reconhecimento dos Ativos e dos Passivos relacionados, dada a impossibilidade na identificação e mensuração destes ativos e destes passivos à data de 31/12/2021, pelo que, tal como referido na nota 2 não foi possível dar cumprimento à NCP4.

Nota 5 - Ativos fixos tangíveis

Os bens do ativo fixo tangível foram mensurados pelo seu custo e o gasto de depreciação dos ativos inicia quando fica disponível para uso e cessa quando o ativo é desreconhecido. A autarquia utiliza o método das quotas constantes para calcular as depreciações. Em 2021, o movimento ocorrido na quantia escriturada dos ativos tangíveis encontra-se de seguida.



Designação	Quantia escriturada Inicial	Aumentos								Quantia escriturada final
		Adições	Transferências internas a entidade	Reavaliações	Reversões de perdas por imparidade	Perdas por imparidade	Depreciações do Período	Diferenças cambiais	Diminuições	
Bens de domínio público, património histórico, artístico e cultural	9 328 416,73 €	10 947 651,32 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	-991 944,35 €	0,00 €	-3 660 166,68 €	15 623 957,02 €
Terrenos e recursos naturais	252 237,57 €									252 237,57 €
Edifícios e outras construções	0,00 €	727 485,35 €					-7 848,77 €			719 636,58 €
Património histórico, artístico e cultural	4 427,99 €									4 427,99 €
Infraestruturas	59 214,79 €	10 211 983,34 €					-444 409,66 €		2 793,65 €	9 823 994,82 €
Outros	9 012 536,38 €	8 182,63 €					-539 685,92 €		- 3 657 373,03 €	4 823 660,06 €
Outros ativos fixos tangíveis	19 863 745,79 €	7 13 322,76 €	- 175 572,62 €	- €	- €	- €	-636 849,47 €	- €	- 4 317 417,49 €	14 800 372,09 €
Terrenos e recursos naturais	3 243 950,37 €						-150,00 €			3 243 800,37 €
Edifícios e outras construções	12 266 510,50 €	147 292,23 €					-389 980,84 €		- 4 005 517,40 €	8 018 304,49 €
Equipamento básico	211 793,32 €	86 017,03 €					-74 239,11 €		- 60 048,43 €	163 522,81 €
Equipamento de transporte	193 130,03 €	97 677,30 €					-53 549,60 €			237 257,73 €
Equipamento administrativo	120 514,53 €						-62 437,97 €		- 56 727,38 €	1 349,18 €
Outros	279 249,11 €						-56 491,95 €		- 19 550,99 €	203 206,17 €
Ativos fixos tangíveis em curso	3 548 597,93 €	382 336,20 €	- 175 572,62 €						- 175 573,29 €	2 932 931,34 €
	29 192 162,32 €	11 660 974,08 €	- 175 572,62 €	- €	- €	- €	- 1 628 793,82 €	- €	- 7 977 584,17 €	30 424 326,11 €

Nota 7 - Custo de empréstimos obtidos

Informação no "Mapa de empréstimos", em anexo

Nota 8 - Propriedades de investimento

O Grupo não apresenta as propriedades de investimento

Nota 9 – Imparidade de ativos

Ativo	Saldo Bruto	Depreciação acumulada Saldo inicial	Saldo líquido	Perdas reconhecidas em 2021	Reversão reconhecidas em 2021	Outras correções	Saldo final a 31/12/2021
Cientes, contribuintes e utentes	183 220,65 €	153 428,75 €	29 791,90 €	29 851,63 €	59,73 €	- €	183 220,65 €
TOTAL	183 220,65 €	153 428,75 €	29 791,90 €	29 851,63 €	59,73 €	0,00 €	183 220,65 €

Nota 10 - Inventários

O custo de cada item de inventário é determinado através da média ponderada do seu custo inicial e do custo de itens semelhantes adquiridos durante o ano de 2021. De seguida apresenta-se o quadro com a informação dos valores da conta de inventários e os movimentos do período.

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Movimentos do período						Quantia escriturada final	
		Compras líquidas	Consumos / gastos	Variações nos inventários de produção	Perdas por imparidade	Reversões de perdas por imparidade	Outras reduções de inventários		Outros aumentos de inventários
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)	(6)	(7)	(8)	(9)=(1)+(2)-(3)-/(4)-(5)+(6)-(7)+(8)
Mercadorias	0,00 €	3 140,26 €	3 140,26 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Matérias-primas, subsidiárias e de	245 002,50 €	172 348,88 €	250 743,71 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	166 607,67 €
Produtos acabados e intermédios	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Subprodutos, desperdícios, resíduos	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Produtos e trabalhos em curso	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €
Total	245 002,50 €	175 489,14 €	253 883,97 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	166 607,67 €

De referir que não foi considerado como inventários os terrenos para venda.

Nota 13 - Rendimento de transações com contraprestação

As notas têm por objetivo prescrever o tratamento contabilístico do rendimento proveniente de transações e acontecimentos que tenham uma contraprestação, destacando como aspeto principal a determinação do momento do reconhecimento.

O rendimento é reconhecido quando for provável que fluam para a entidade benefícios económicos futuros ou potencial de serviço e estes benefícios possam ser mensurados com fiabilidade. De seguida apresenta-se o detalhe destes rendimentos.

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património Líquido
Prestação de serviços	251 420,16 €	- €
Venda de bens	16 182,55 €	- €
Juros	106,89 €	- €
Royalties	- €	- €
Dividendos ou distribuições similares	- €	- €
Outros	239 035,77 €	- €
TOTAL	506 745,37 €	- €

Nota 14 - Rendimento de transações sem contraprestação

As transações sem contraprestação subdividem-se em impostos e transferências:

- Os impostos são benefícios económicos ou potencial de serviço obrigatoriamente pagos ou a pagar a entidades públicas, de acordo com disposições legais adequadas, criadas para proporcionar rendimento às administrações públicas.
- As transferências são influxos de benefícios económicos futuros ou potencial de serviço provenientes de transações sem contraprestação que não sejam impostos.

Tipo de Rendimento	Rendimento do período reconhecido em	
	Resultados	Património Líquido
Impostos Diretos	598 995,44 €	- €
Impostos Indiretos	376 602,42 €	- €
Contribuições para sistemas de proteção social e subsistemas de saúde	- €	- €
Taxas	127 302,00 €	- €
Multas e outras penalidades	5 181,16 €	- €
Transferências sem condição	7 008 514,00 €	- €
Transferências com condição	422 991,22 €	- €
Outros	454 474,13 €	- €
TOTAL	8 994 060,37 €	- €

Nota 15 - Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Relativamente aos diversos processos judiciais que se encontram em curso, quer instaurados pelo Município de Sabrosa, quer instaurados por outras entidades, após reapreciação jurídica para efeitos de prestação anual das contas, foi ajustada a provisão para outros riscos e encargos para € **134.335,38** que se estima suficiente para fazer face a eventuais indemnizações de processos onde existe um risco significativo de ocorrerem decisões desfavoráveis ao Município.

Não foram constituídas provisões para os restantes processos judiciais em curso, nomeadamente, interpostos por terceiros ao Município de Sabrosa, uma vez que o valor envolvido de indemnizações reclamadas é impossível de mensurar com suficiente fiabilidade.

Rubrica	Quantia escriturada inicial	Aumentos				Diminuições				Quantia escriturada final
		Reforços	Aumentmos da quantia descontada	Outros aumentos	Total aumentos	Utilizações	Reversões	Outras Diminuições	Total Diminuições	
	(1)	(2)	(3)	(4)	(5)=(2)+(3)+(4)	(6)	(7)	(8)	(9)=(6)+(7)+(8)	(10)=(1)+(5)-(9)
Impostos, contribuições e taxas										
Garantias a clientes										
Processos judiciais em curso	363 791,18 €				- €		229 455,80 €		229 455,80 €	134 335,38 €
Acidentes de trabalho e doenças profissionais										
Materiais ambientais										
Contratos onerosos										
Reestruturação e reorganização										
Outras provisões										
Total	363 791,18 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	0,00 €	229 455,80 €	0,00 €	229 455,80 €	134 335,38 €

Nota 17 – Acontecimentos após a data de relato

Desconhecemos os impactos que a guerra entre a Rússia e a Ucrânia poderá vir a ter no Grupo, contudo, a existirem consideramos que os mesmo não serão significativos.

Nota 18 – Instrumentos Financeiros

Analisada a participação no capital de diversas entidades pelo Município de Sabrosa, segue a relação das entidades cujos investimentos em capital se cifram numa participação inferior a 20%, e por este facto são tipificadas como investimentos financeiros que não são participações de capital em entidades controladas ou associadas.

Considerando o exposto e apesar do valor da participação ser inferior a 20%, foram efetuados testes de imparidade onde se concluiu pelo aumento da participação do capital detido pelo Município de Sabrosa, no entanto, considerando a percentagem da participação foi determinado que estes ativos manteriam a sua valoração ao custo de aquisição, sem ter sido objeto de qualquer imparidade, o que sucederia se dos testes efetuados resultasse uma redução do valor da fração do capital detido à data do relato pela autarquia.

Entidade Participada	Denominação	NIPC	Tipo de Entidade	CAE	Capital Social	Participação no final do exercício		Forma Realização de capital		Obs.	
						Valor subscrito	%	Valor Nominal Realizado	Meios Monetários (montante)		Em Espécie (montante)
	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11
	Águas Interior Norte	515 684 473	SA	37 002	27 148 050,00 €	1 825 425,00 €	6,72%	1 825 425,00 €	29 925,00 €	1 795 500,00 €	
	Águas do Norte	513 606 084	SA	38 001	108 095 468,00 €	115 288,00 €	0,08%	296 173,28 €	115 288,00 €	0,00 €	
	Dourogás	508 196 128	SA	35 210	1 000 000,00 €	1 565,00 €	0,16%	1 565,00 €	1 565,00 €	0,00 €	
	Sonorgás	503 264 113	SA	35 210	4 000 000,00 €	1 560,00 €	0,05%	1 560,00 €	1 560,00 €	0,00 €	
	Fundo de Apoio Municipal	513 319 182	Estado		650 000 000,00 €	251 495,00 €	0,06%	251 495,00 €	251 495,00 €	0,00 €	

Nota 23 – Outras divulgações

- **Bens de valor zero**
O Município ainda apresenta bens de valor 0 (zero), nomeadamente bens de aferição. Vamos proceder à sua valorização em 2022 ou abate se for o caso.
- **Contabilidade de gestão**

A aplicação da NCP ainda se encontra em fase de implementação, sendo que a informação que é possível obter da Contabilidade de Gestão é o balancete por analítica, pelo que não nos permite ainda apresentar no relatório de gestão de 2021 o previsto §34 da NCP27.

- O Município aguarda informação vinculativa sobre o IVA na operação de transferência de equipamentos de distribuição de água à ADIN. Em caso afirmativo, as perspetivas que tem é que não vai ter impacto nas demonstrações financeiras, justificando assim a não constituição de provisão.
- O Município aguarda informação vinculativa sobre a tributação do IVA na questão da oferta do transporte escolar aos munícipes, as perspetivas que tem é que não vai ter impacto nas demonstrações financeiras, justificando assim a não constituição de provisão.

Fundos Comunitários por receber

Verbas por receber por fundos	
Natureza	Valor
FEDER	1 894 142,34 €
FSE	110 844,17 €
FC	100 286,57 €
Outros	99 049,13 €
TOTAL	2 204 322,21 €

De referir que a ADiN não faz parte do perímetro orçamental do Município de Sabrosa, pelo que os documentos orçamentais consolidados referem-se apenas ao Município.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

OPINIÃO COM RESERVAS

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas do Município de Sabrosa, adiante designado por Grupo, que compreendem o balanço consolidado em 31 de dezembro de 2020 (que evidencia um total de 39.945.454 euros e um total de património líquido positivo de 27.049.613 euros, incluindo um resultado líquido positivo de 1.628.995 euros), a demonstração dos resultados por natureza consolidada, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos n.º 1 e n.º 2 da secção "Bases para a opinião com reservas" e das situações referidas no parágrafo n.º 3 da referida secção, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada do Grupo em 31 de dezembro de 2020 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

BASES PARA A OPINIÃO COM RESERVAS

1) A insuficiente informação sobre o controlo do Grupo dos elementos integrantes do seu ativo fixo tangível bem como das propriedades de investimento, associada à sua grandeza, dispersão e bases de mensuração previstas no referencial contabilístico SNC-AP, não nos permitem emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre a plenitude e adequação dos valores apresentados nas supracitadas rubricas do balanço, das depreciações, amortizações e dos subsídios de capital.

2) Conforme se encontra referido na certificação legal das contas individuais da Entidade Consolidada, durante o ano de 2020 foi publicada legislação que proibiu a suspensão do fornecimento de serviços essenciais, o que impossibilitou a realização por parte das Águas do Interior Norte, EIM, SA dos normais procedimentos de recuperação de dívidas em mora. Assim, em virtude de não ter sido possível aos auditores da componente, nem a nós próprios (auditores do Grupo), efetuar procedimentos alternativos para concluir acerca da recuperabilidade das dívidas a receber, não nos é possível emitir uma opinião devidamente fundamentada sobre o montante das perdas por imparidade da componente para fazer face a tais créditos.

3) Conforme se encontra referido na nota n.º 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o relato do Grupo foi elaborado pela primeira vez em conformidade com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas. Não obstante o Grupo ter aplicado na generalidade o SNC-AP, não foi possível dar cumprimento às seguintes disposições técnicas:

a) Os critérios de reconhecimento dos subsídios ao investimento em normativo POCAL não foram adaptados aos subsídios de capital em conformidade com o SNC-AP, derrogando desta forma a NCP 14. Por outro lado, não foram efetuados os ajustamentos de transição em subsídios de capital que poderiam mostrar-se necessários no âmbito da conversão das taxas de depreciação e de amortização constantes na Portaria n.º 671/2000, que aprovou o "CIBE - Cadastro e Inventário dos Bens do Estado" para as novas taxas de depreciação e de amortização constantes no "Classificador Complementar 2 - Cadastro e vidas úteis dos ativos fixos tangíveis, intangíveis e propriedades de investimento".

b) Conforme o disposto nos parágrafos n.º 93 e n.º 94 da Estrutura Concetual do SNC-AP, para reconhecer um ativo, uma entidade pública tem que dispor do controlo sobre esse ativo. Neste contexto, não foi possível à Entidade Consolidante concluir esta avaliação de forma a ver reconhecidos nas suas demonstrações financeiras apenas os ativos onde o referido controlo é exercido nem proceder à mensuração dos bens que apresentavam valor zero em normativo POCAL.

c) A Entidade Consolidante não procedeu à análise individual de cada um dos ativos fixos intangíveis, derrogando desta forma a NCP 3.

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião com reservas.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including 'w.', 'Nathalie', and 'Jad'.

ÊNFASE

Conforme divulgado no primeiro parágrafo da nota n.º 2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas, o Grupo procedeu pela primeira vez à apresentação de contas consolidadas, motivo pelo qual não existem comparativos nas demonstrações financeiras.

A nossa opinião não é modificada em relação a esta matéria.

OUTRAS MATÉRIAS

Apesar das indagações efetuadas, desconhecemos se o relatório e as contas da componente Águas do interior Norte, EIM, SA, foram aprovadas pela assembleia geral.

RESPONSABILIDADES DO ÓRGÃO DE GESTÃO PELAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

O Órgão de Gestão é responsável pela:

- Preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa do Grupo de acordo com o SNC-AP;
- Elaboração do relatório consolidado de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- Criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- Adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- Avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

RESPONSABILIDADES DO AUDITOR PELA AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- Obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;
- Avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- Concluimos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- Avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- Obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- Comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificado durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas.

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES ORÇAMENTAIS CONSOLIDADAS

Auditamos as demonstrações orçamentais consolidadas anexas do Grupo que compreendem a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

O órgão de gestão é responsável pela preparação e aprovação das demonstrações orçamentais consolidadas no âmbito da prestação de contas consolidadas do Grupo. A nossa responsabilidade consiste em verificar que foram cumpridos os requisitos de contabilização e relato previstos na Norma de Contabilidade Pública (NCP) 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Em nossa opinião, as demonstrações orçamentais consolidadas anexas estão preparadas, em todos os aspetos materiais, de acordo com a NCP 26 do Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas.

Conforme se encontra divulgado na nota n.º 23 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas em consequência da Entidade Consolidada não elaborar demonstrações orçamentais, os valores constantes nas demonstrações orçamentais consolidadas apenas incluem os valores da Entidade Consolidante. Em face desta situação, desconhecemos qual o impacto que o valor das demonstrações orçamentais individuais da Entidade Consolidada teria nas demonstrações orçamentais consolidadas, pelo que não estamos em condições de emitir, e não emitimos, uma opinião devidamente fundamentada sobre as demonstrações orçamentais consolidadas.

SOBRE O RELATÓRIO CONSOLIDADO DE GESTÃO

Em nossa opinião, exceto quanto aos possíveis efeitos das matérias referidas nos parágrafos n.º 1 e n.º 2 da secção "Bases para a opinião com reservas" e das situações referidas no parágrafo n.º 3 da referida secção, o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Porto, 7 de junho de 2022

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

PARECER DO REVISOR OFICIAL DE CONTAS

Nos termos das disposições legais aplicáveis, vimos apresentar o nosso parecer sobre os documentos de prestação de contas consolidadas do Município de Sabrosa, adiante designado por Grupo, relativos ao exercício findo em 31 de dezembro de 2020, que compreendem o relatório consolidado de gestão, o balanço consolidado, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada das alterações no património líquido, a demonstração consolidada dos fluxos de caixa, relativos ao ano findo naquela data, e o anexo às demonstrações financeiras consolidadas que inclui um resumo das políticas contabilísticas significativas, assim como a demonstração consolidada do desempenho orçamental e a demonstração consolidada de direitos e obrigações por natureza, que são da responsabilidade do Órgão Executivo.

No desempenho das funções que nos foram cometidas, acompanhamos, com a profundidade e extensão que consideramos adequada nas circunstâncias, a atividade do Grupo ao longo do presente exercício.

Em consequência do trabalho realizado, verificámos, exceto quanto efeitos das matérias referidas na secção "Bases para a opinião com reservas" da certificação legal das contas consolidadas, que as demonstrações financeiras consolidadas exprimem de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a situação económica e financeira consolidada do Grupo bem como os resultados consolidados obtidos no exercício em questão. Procedemos ainda à apreciação do relatório consolidado de gestão que foi preparado de acordo com as leis e regulamentos aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e demonstrações orçamentais consolidadas, não tendo sido identificadas incorreções materiais.

Procedemos também à emissão da respetiva certificação legal das contas consolidadas, cujo conteúdo damos como integralmente reproduzido neste parecer.

Consideramos relevante referir que o relato consolidado do Grupo foi elaborado pela primeira vez de acordo com o Sistema de Normalização Contabilística para as Administrações Públicas (SNC-AP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 192/2015, de 11 de setembro. Neste contexto, o balanço consolidado e a demonstração consolidada dos resultados de 2020 foram preparados de acordo com o SNC-AP não existindo comparativos nas demonstrações financeiras. Esta situação foi relatada na certificação legal das contas consolidada através da inclusão de uma ênfase.

Nestas condições, uma vez ponderadas as conclusões constantes na certificação legal das contas consolidadas e verificado o cumprimento dos normativos legais aplicáveis, é nosso parecer que se aprovelem os documentos de prestação de contas consolidadas do Grupo.

Porto, 7 de junho de 2022

111

Município de Sabrosa

DELIBERAÇÃO DO ASSUNTO Nº 305/22

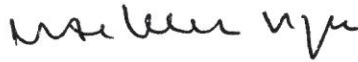
REUNIÃO Nº 22/22, DE 2022/06/09



Aprovado, por maioria, com abstenção dos Vereadores Mário Varela, submeter à apreciação da Assembleia Municipal, de acordo com o n.º1, do artigo 76.º da Lei n.º73/2013 de 3 de setembro, na sua atual redação.

Usou da palavra o Vereador Mário Varela apresentando declaração de voto do seguinte teor:
"Este é um assunto da exclusiva responsabilidade do Executivo anterior, que como tal, é o responsável pelos valores assumidos e constantes do Relatório Consolidado de Gestão de 2020."

A Presidente da Câmara Municipal de Sabrosa,



(Maria Helena Marques Pinto da Lapa)